



CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

PROJETO DE LEI Nº 3.571/2025

APROVADO 04, 08, 2025

[Signature]

Presidente

[Signature]
Vice-Presidente

[Signature]
Secretário(a)

13ª Sessão

ORDINÁRIA

Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação e divulgação de currículo acadêmico e experiência profissional para determinados cargos na Administração Pública Municipal de Ouro Fino, e dá outras providências.

ANTÔNIO BENEDITO SALGUEIRO MIGUEL, Prefeito do Município de Ouro Fino/MG, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação e divulgação de currículo acadêmico e experiência profissional para ocupação de cargos de chefia e direção no âmbito da Administração Pública Municipal de Ouro Fino.

Art. 2º Esta Lei se aplica ao Poder Público Municipal, abrangendo os órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município de Ouro Fino, incluindo secretarias, diretorias, departamentos, gabinetes, divisões e demais estruturas equivalentes.

Art. 3º Para todas as nomeações aos cargos mencionados no artigo anterior, deverá ser apresentado o currículo acadêmico e experiência profissional do indicado, em formato digital aberto.

Art. 4º A divulgação dos currículos acadêmicos e a experiência profissional deverá ser realizada no Diário Oficial do Município e, também, por meio de comunicação institucional, incluindo as redes sociais da Prefeitura Municipal de Ouro Fino.

Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "Ver. Antônio Quinto Alves", em 27 de junho de 2025.

[Signature]
MARCO ANTONIO DA SILVA
Vereador

[Signature]
CARLOS AUGUSTO HONÓRIO
VEREADOR (AUTOR)

[Signature]
PAULO HENRIQUE CHISTE DA SILVA
VEREADOR (CO-AUTOR)

[Signature]
FABIO TOMAZOLI DA FONSECA
Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE OURO FINO

JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa promover a transparência no âmbito da Administração Pública Municipal, permitindo que a população tenha acesso às informações sobre a qualificação das pessoas indicadas para funções de direção e chefia.

A exigência de apresentação e divulgação do currículo acadêmico e experiência profissional não interfere no poder discricionário das autoridades competentes para nomear ou exonerar ocupantes de cargos comissionados. O objetivo é, unicamente, garantir o princípio da publicidade e ampliar a confiança da sociedade na gestão pública.

Trata-se de uma medida simples, de fácil implementação e que contribui diretamente para o fortalecimento da ética e da transparência no serviço público.

Contamos com o apoio dos nobres colegas para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões "Ver. Antônio Olinto Alves", em 27 de junho de 2025.


CARLOS AUGUSTO HONÓRIO
VEREADOR (AUTOR)


PAULO HENRIQUE CHISTE DA SILVA
VEREADOR (CO-AUTOR)